



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ata Reunião CAEN nº 22 – 04/08/2020

1 Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de agosto de 2020, reuniram-se,
2 via ferramenta on-line Google Meet, os membros do Comitê Assessor de Ensino
3 (CAEN): Astor e Marielle - JA, Bruno e Marcia - FW, Eliana e João Flávio - SVS, Cléber
4 - PB, Gustavo - UG, Daniel e Caroline - SB, Elisandra e Patrícia - AL, Silvia - JC,
5 Raquel e Analice - SR, Márcia e Beatris - SA e Jéssica e Mariéli - SAN, junto da equipe
6 de gestão da PROEN: Édison - Pró-Reitor, Joze - Dir. de Ensino, Janete - Dir. de
7 Graduação, Daniela - Dir. de EaD, Deisi - Coord. Registros e Diplomas, Helena -
8 Coord. Programas Educacionais, Hermes - Dir. de Assistência Estudantil, Nadia -
9 Coord. Assessoria Pedagógica, Neila - Assessora Pedagógica, Fernanda Machado -
10 Coord. Ações Inclusivas, Fernanda Ziegler - Secretária Executiva, e participação de
11 Maria Rosângela - Coord. do Programa Residência Pedagógica, para tratar da seguinte
12 pauta: a) contratação emergencial de pacote de dados móveis do Serviço Móvel
13 Pessoal e empréstimo de equipamentos a estudantes em condição de vulnerabilidade
14 social; b) Regulamento da Comissão Permanente de Assistência Estudantil; c) atuação
15 da comissão de heteroidentificação étnico-racial; d) verificação do cronograma de
16 ações dos GTs de Graduação; e) Planos de Trabalho (definição de data,
17 trancamentos/cancelamentos, cursos que iniciaram com atraso); e f) assuntos gerais.
18 No início da reunião, foram acrescentados os seguintes pontos de pauta: carga horária
19 da curricularização da extensão em forma de disciplinas, edital Certific, formaturas on-
20 line e informes sobre os editais dos programas Pibid e RP. Édison informou que enviou
21 ao comitê, nesta manhã, a nova Portaria do MEC nº 617/2020, que substitui a
22 376/2020, relacionada aos cursos técnicos. Manifestou o início da formação sobre as
23 atividades remotas, no dia de ontem, com os estudantes. Salientou a necessidade das
24 informações atingirem a totalidade dos estudantes, embora o alcance tenha sido bem
25 amplo pelo número de visualizações no canal da WebTV. Édison se preocupou com a
26 exposição do Presidente do Grêmio Estudantil de UG de que os estudantes ainda não
27 estão tendo acesso ao empréstimo de materiais tecnológicos. Gustavo esclareceu que
28 os empréstimos iniciaram em julho, porém, como não há servidor responsável pelo
29 gerenciamento dos materiais no *campus* avançado, o trabalho ficou prejudicado. Nesse
30 sentido, estão no aguardo, formal, dos trâmites definidos pela PROAD, em termos de
31 logística e termo de responsabilidade. Édison encaminhará a situação diretamente para
32 o Pró-Reitor de Administração, Vanderlei Pettenon, e para a Reitora, Carla Jardim, para
33 que o documento seja enviado ao *campus* ainda neste dia. Analice entende que o
34 documento da PROAD é uma sugestão, o que vale é o documento expedido pelo
35 próprio setor de patrimônio do *campus*. Édison disse que pode ser usado como modelo
36 o próprio documento de empréstimo de bens para servidores. A seguir, passou-se para
37 a pauta do dia. Hermes apresentou os dois pontos relativos à Assistência Estudantil.
38 Aproveitou o assunto dos empréstimos para informar que, no dia vinte e três de julho,
39 foi estabelecido contato entre a DAE e PROAD para se definirem os encaminhamentos
40 de empréstimo de materiais para os estudantes em vulnerabilidade social. Nesse
41 sentido, no dia vinte e nove, foi realizada uma reunião com os *campi* para tratar sobre o
42 assunto. A partir das definições da PROAD, o papel da Assistência Estudantil é realizar
43 a articulação com os coordenadores de cursos para conhecimento das necessidades
44 dos estudantes. As coordenações devem informar aos estudantes que entrem em
45 contato direto com a CAE, preferencialmente por e-mail, a fim de comunicar suas
46 necessidades. A CAE, junto da TI, fará uma avaliação de cada caso. Dependendo de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

47 cada situação, os estudantes também poderão solicitar à TI a instalação de programas
48 nos computadores, como é o caso do curso de Arquitetura e Urbanismo. Após
49 avaliação da CAE e TI, a entrega dos materiais poderá ser feita de duas formas: 1) os
50 estudantes, junto de seus responsáveis, quando menores de idade, com os devidos
51 cuidados, irem até a instituição buscar os materiais; ou 2) os servidores designados
52 entregarem diretamente na residência dos estudantes. Ainda, dependendo das
53 especificidades de cada unidade, as duas opções podem ocorrer. O recolhimento da
54 assinatura e a inserção dos documentos no SIPAC ficará a cargo da Assistência
55 Estudantil. A definição do cronograma de entrega deve ser feita pela CAE e TI, o mais
56 breve possível, devido à retomada das atividades letivas. A princípio, existem
57 quinhentos e trinta e oito solicitações de empréstimo de materiais tecnológicos em toda
58 a instituição. Hermes reforçou que o empréstimo de materiais tecnológicos aos
59 estudantes se dará a partir de análise de cada caso, considerando as reais
60 necessidades socioeconômicas. Hermes comentou que, em função do merge, a
61 Portaria que regulamenta os empréstimos ainda não foi assinada, embora esses
62 trâmites devam ocorrer com a maior brevidade possível. Caroline, de SB, justificou que
63 alguns encaminhamentos ainda não foram feitos, devido ao aguardo do termo de
64 entrega. Além dos empréstimos, alguns materiais serão doados para os estudantes
65 que realmente necessitarem. Édison informou que o termo já foi aprovado pelo CODIR,
66 mas que anteriormente cada *campus* já possuía um termo para este fim. Como a
67 Portaria ainda não foi assinada, o termo para empréstimo, agora padronizado para a
68 instituição, será encaminhado aos *campi* por meio de Memorando Circular do Gabinete
69 da Reitora. A seguir, tratou-se sobre a contratação emergencial de pacote de dados
70 móveis do Serviço Móvel Pessoal que a RNP disponibilizaria. Hermes informou que foi
71 aberto processo licitatório dia dezessete de julho, mas somente uma empresa se
72 inscreveu, oferecendo seus serviços para apenas dois estados - MG e GO. Dessa
73 forma, se preocupa com as informações disponibilizadas pelo MEC de que milhares de
74 estudantes, nacionalmente, teriam acesso ao pacote de dados. O IFFar fez o que
75 podia, mas nenhuma empresa se inscreveu para oferecer o serviço. De todo modo, a
76 instituição conta com a possibilidade do Auxílio Inclusão Digital. Estão no aguardo de
77 orientações do MEC acerca do tema. Após, passou-se para o último ponto de pauta da
78 DAE. A ideia é da Comissão Permanente de Assistência Estudantil (CPAE) substituir o
79 GT instituído em 2013 para tratar de um assunto específico. Como não foi estabelecido
80 o prazo para finalização das ações do GT, o grupo se manteve durante todo este
81 período. Além disso, faziam parte do GT apenas as Coordenações de AE e
82 profissionais Assistentes Sociais. Diante dessas situações, foi solicitada a extinção do
83 GT e constituição da CPAE, um órgão colegiado, propositivo e consultivo, com
84 representação de outros profissionais e inserção dos estudantes. Hermes apresentou a
85 minuta do documento, a qual já tinha sido encaminhada previamente ao CAEN,
86 focando no capítulo três, acerca da constituição da comissão: I - Um representante da
87 Diretoria de Assistência Estudantil; II - Um Diretor de Ensino da Instituição, escolhido
88 por seus pares; III - Um Diretor de Administração da Instituição, escolhido por seus
89 pares; IV - Um Coordenador da Assistência Estudantil, escolhido por seus pares; V -
90 Um nutricionista, escolhido por seus pares; VI - Um assistente de alunos, escolhido por
91 seus pares; VII - Um assistente social, escolhido por seus pares; VIII - Um servidor
92 representante do Setor de Saúde dos campi, escolhido por seus pares; IX - Um
93 servidor docente, escolhido por seus pares; X - Um discente de curso técnico da
94 Instituição, escolhido por seus pares; XI - Um discente da Educação à Distância, dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

95 cursos institucionalizados, escolhido por seus pares; XII - Um discente de curso
96 superior da Instituição, escolhido por seus pares; XIII - Um discente que seja membro
97 do Conselho Superior (CONSUP), escolhido por seus pares; XIV - Um discente
98 residente na Moradia Estudantil da Instituição, escolhido por seus pares; XV - Um
99 discente representando os Grêmios Estudantis, escolhido entre as lideranças; XVI - Um
100 discente representando os Diretórios Acadêmicos, escolhido entre as lideranças.
101 Acerca da representatividade, além dos diferentes segmentos, Hermes enfatizou a
102 necessidade de participação de todos os *campi*. Foi dado espaço para manifestação do
103 CAEN acerca do regulamento ora apresentado. Édison indicou que para haver
104 representatividade de todos os *campi*, isso precisa estar escrito no documento. Essa
105 redação foi incluída. Sobre a representação da DAE, Édison entende que deveria ser o
106 próprio Diretor, enquanto gestor. A respeito da participação de um Diretor de Ensino,
107 Édison questionou a necessidade, visto que as pautas são sempre apreciadas pelo
108 CAEN posteriormente. Hermes justificou a importância do diálogo prévio com as
109 Direções de Ensino a respeito de assuntos ligados à Assistência Estudantil. Analice
110 concordou, no sentido da construção das pautas para, se necessário, defender as
111 temáticas no próprio CAEN. A redação foi substituída para “um membro do CAEN”.
112 Édison também questionou sobre a participação de um docente, mas não de um TAE.
113 Assim, foi acrescentada a participação de um servidor representante da categoria TAE,
114 visto que outros TAEs poderão representar outros setores. Foi discutida a possibilidade
115 de troca para membro da CPPD e CIS. Considerando a importância do olhar docente
116 da sala de aula, manteve-se um servidor docente e acrescentou-se um TAE. Sobre um
117 questionamento de Analice, Hermes pontuou a participação de um Diretor de
118 Administração para auxiliar, especialmente, em questões de licitações. Não havendo
119 mais considerações, **a minuta do regulamento foi aprovada pelo CAEN**, com as
120 devidas alterações supracitadas. A seguir, passou-se para a pauta relativa à atuação
121 da comissão de heteroidentificação étnico-racial. Fernanda Machado expôs que está
122 sendo discutido a possibilidade de constituição de comissões para verificação de cotas
123 étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas), desde 2018. Em reunião realizada com
124 representantes dos NEABIs, em agosto de 2018, foi discutida essa possibilidade para
125 inserção dentro da Política de Ações Inclusivas. Na ocasião, foi decidido que seria
126 investido, primeiramente, em formações para, posteriormente, propor a
127 institucionalização dessas comissões. No primeiro semestre, ocorreu uma formação, a
128 qual está disponível no canal da WebTV do IFFar, porém a segunda parte não ocorreu
129 devido aos cortes orçamentários e necessidade de redução da programação do SEDI.
130 No final do ano, três denúncias ocorreram, das quais duas houve materialização. Por
131 isso, em janeiro de 2020, foi instituída, em caráter de urgência, uma IN que estabelece
132 os procedimentos referentes ao processo de heteroidentificação de candidatos
133 autodeclarados negros (pretos e pardos) em casos de denúncia de suspeita de fraude
134 no uso de cotas em processos seletivos (PS) de estudantes do IFFar. Como as
135 denúncias não versavam sobre as questões indígenas, no momento, o tema não foi
136 incluído na IN. A referida IN se inspirou na portaria que trata sobre o assunto em
137 concursos públicos federais. A presente comissão atua somente em casos de
138 denúncias, após a realização dos PS. Dentre os membros, três são externos e dois
139 servidores da própria instituição, além da comissão de recursos composta por três
140 membros. Neste ano, o Conif recebeu uma recomendação da Procuradoria da
141 República acerca da constituição de comissões de verificação das cotas étnico-raciais
142 durante o PS. Assim, o IFFar questionou a Projur acerca do procedimento a ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

143 tomado, a qual entende que, por se tratar de uma recomendação, a instituição pode
144 informar os trâmites já adotados. Assim, as possibilidades de encaminhamentos são:
145 institucionalização das comissões durante os PS ou manutenção do trabalho, apenas
146 em casos de denúncias. Questões envolvidas em cada possibilidade: se optarem pela
147 institucionalização, será mais um trâmite neste período de pandemia; além disso,
148 devido às demandas, haverá necessidade de descentralização para os *campi* (devido à
149 conexão da internet, Fernanda saiu da reunião). Passou-se para os avisos dos editais
150 da RP e do Pibid, os quais estão em período de prorrogação dos prazos. SB falta
151 completar as vagas para RP. AL falta completar as vagas para Pibid. Se não
152 preencherem as vagas de um núcleo, os programas não poderão ser desenvolvidos em
153 toda a instituição. Os demais *campi* estão com as vagas preenchidas, mas com o
154 número mínimo, por isso a necessidade de continuar a divulgação. Édison pediu para
155 Maria Rosangela encaminhar um relatório da atual situação das inscrições em cada
156 núcleo, para que pudesse apresentar também na reunião do CODIR. Após, retornou-se
157 à pauta das comissões de heteroidentificação. Fernanda reforçou o exposto no parecer
158 da Projur e que ainda não há lei que obrigue a institucionalização das comissões
159 durante o PS, ou seja, é autonomia da própria instituição (devido à conexão da internet,
160 Fernanda saiu novamente da reunião). De imediato, passou-se para a verificação do
161 cronograma de ações dos GTs para revisão das diretrizes dos cursos de graduação.
162 Janete expôs que a retomada das ações estavam previstas para ocorrer a partir de
163 agosto. Contudo, nos últimos dias, alguns coordenadores de cursos, membros dos
164 GTs, solicitaram nova alteração do cronograma, visto que algumas datas coincidiram
165 com a alteração do calendário acadêmico. Janete, assim como outros membros dos
166 GTs, pensa que, com a retomada do ano letivo, a revisão pode sofrer impactos
167 negativos, devido às diversas demandas nos *campi*. Porém, lembrou que, com as
168 eleições na instituição, alguns membros da gestão podem ser alterados durante esse
169 processo, o que também impactaria no desenvolvimento das ações. Além disso, existe
170 a necessidade de aplicação do questionário para os estudantes concluintes no ano
171 letivo de 2020. Janete apresentou as datas previamente definidas, esclarecendo a ideia
172 da aprovação na primeira reunião do CONSUP de 2021. Assim, a nova sugestão é
173 aguardar mais um período para finalização do primeiro semestre e, após o recesso,
174 voltar com mais intensidade, com reuniões mais condensadas, para finalização ainda
175 em dezembro. Janete acredita que a aplicação do questionário pode ocorrer ainda
176 neste primeiro semestre, embora alguns coordenadores se preocupem com o atual
177 momento e seus impactos na avaliação dos estudantes. Édison acredita que
178 manifestações negativas em relação às atividades remotas possam ocorrer em
179 qualquer semestre, mas podem aguardar mais uns dias para aplicação do questionário,
180 visto que agora os estudantes estão se ambientando novamente às atividades letivas
181 remotamente. Não havendo manifestações, todos concordaram com a aplicação do
182 questionário ainda no primeiro semestre, daqui dez ou quinze dias. Neila acrescentou
183 que o questionário é um subsídio a mais para a efetivação dos novos currículos, dentro
184 de uma ampla gama de ações que estão sendo realizadas. Para a elaboração dos
185 novos artigos do regulamento, Janete informou que irão se embasar nas definições
186 prévias feitas pelo CAEN e pelos GTs nas reuniões realizadas em julho. Neila sugeriu
187 de adiar a próxima reunião com o CAEN, após o dia vinte e quatro de agosto, para dar
188 tempo de apresentar a minuta revisada das diretrizes. **Encaminhamentos:** aplicação
189 do questionário aos estudantes (encaminhamento aos *campi* no dia vinte e quatro de
190 agosto); reunião com o CAEN no início de setembro para apresentação da minuta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

191 revisada; reuniões com os GTs após o recesso, para finalização até dezembro (envio
192 de documentos, para estudo, próximo aos dias das reuniões); apresentação da nova
193 proposta de cronograma de ações na próxima reunião do CAEN (enviar previamente
194 aos GTs para manifestações). Neila questionou se é viável o trabalho no segundo
195 semestre. Édison entende que sim, mas, se preciso, pode ser adequado novamente.
196 Sobre o questionamento de Jéssica em relação aos turnos de trabalho dos GTs, Janete
197 entende que demandaria mais tempo se a organização se desse em apenas um turno
198 por dia. Além disso, alguns membros fazem parte dos três GTs. Janete questionou se
199 os *campi* podem fazer levantamento com os coordenadores para verificar se preferem
200 as reuniões em um turno (e qual) ou o dia todo. Bruno manifestou que o momento
201 propicia troca de aulas, visto que nem todas as atividades necessitam ser síncronas.
202 Contudo, definiu-se pela consulta do CAEN aos coordenadores dos cursos acerca da
203 melhor dinâmica para as reuniões, com resposta até o final desta semana. Após,
204 novamente passou-se para a pauta das comissões de heteroidentificação. Na
205 possibilidade de tornar as comissões com atuação durante os PS, Fernanda reiterou
206 que é preciso considerar a atual situação da pandemia, com criação de um novo
207 procedimento institucional, e a necessidade de descentralização das ações para os
208 *campi*, visto que o número de processos aumentará. Além disso, Fernanda ponderou
209 que a comissão é formada por membros externos, o que demanda uma logística de
210 trabalho muito específica (por exemplo, longo período para finalização dos processos,
211 necessidade de solicitação para liberação dos colaboradores de seus trabalhos). Uma
212 possibilidade seria a publicação de edital, prevendo-se o pagamento como Curso e
213 Concurso. A logística do trabalho envolverá a análise de muitos documentos, o que
214 poderá impactar no cronograma do PS. A outra possibilidade seria a manutenção da
215 comissão que atua apenas nos casos de denúncia, mas com formação própria para
216 isso, bem como divulgação da possibilidade de denúncia e o que é uma
217 autodeclaração. Fernanda avalia que, no momento, essa segunda opção parece a mais
218 viável, considerando sua experiência na atuação da atual comissão institucional.
219 Édison reiterou que a pauta precisa ser apreciada pelo CAEN, visto que,
220 posteriormente, será definida pelo CONSUP. Não havendo manifestações, todos
221 aprovaram pela manutenção da comissão para atuação apenas nos casos de
222 denúncia, aprimorando-se os processos de divulgação e formação. Posteriormente,
223 Bruno manifestou uma questão relativa à minuta do regulamento da curricularização,
224 salientando, conforme exposto no formulário de consulta pública, que a minuta não
225 impede a possibilidade da curricularização ocorrer exclusivamente por meio de
226 disciplinas específicas de extensão. A ideia é que ocorram disciplinas específicas no
227 início do curso e o restante da carga horária, a qual compreende, na totalidade, 10% do
228 curso, por meio de projetos integrados. Contudo, não há nada específico no texto da
229 minuta que impeça que o cumprimento dos 10% da carga horária de curricularização
230 da extensão seja, exclusivamente, por meio de componentes específicos, sendo essa
231 uma das possibilidades. Particularmente, entende que é improvável de acontecer, mas
232 acredita que isso possa ser discutido com o grupo. Joze lembrou que a minuta já
233 passou pelos comitês e agora estava em fase de consulta pública. A preocupação do
234 GT Curricularização é que, deixando ao critério do curso a possibilidade de definição
235 dos 10% da extensão para componentes específicos, dificultaria o planejamento
236 articulado entre outras disciplinas. Joze defendeu que o ensino possui situação
237 semelhante com as PeCCs e PPIs. Joze se preocupa com a retomada da pauta, visto
238 que a discussão já foi realizada pelos comitês e também já passou por consulta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

239 pública. Contudo, como haverá reunião do GT Curricularização na sexta-feira, Joze,
240 Bruno, Janete e Analice, representantes do CAEN no referido GT, entendem que o
241 posicionamento do CAEN deveria ser levado novamente. Édison acredita que, junto do
242 CAPEP, já definiram previamente, com emissão de Parecer. Naquele momento, não
243 houve contrariedade a esse respeito. Analice entende que as ações de extensão vão
244 se efetivar no contato com a comunidade, apenas serão justificadas nas disciplinas.
245 Todos foram contrários à alteração do texto, mantendo-se o posicionamento inicial do
246 CAEN com o CAPEP. Sobre os Planos de Trabalho, a partir de hoje, restam quatorze
247 dias para informar o MEC quais disciplinas serão mantidas com atividades remotas e
248 quais não serão. Outra questão é a definição da data para a publicação dos novos
249 Planos de Trabalho no SIGAA. SA solicitou que os professores postem os planos no
250 SIGAA até o primeiro dia de aula. Para envio à PROEN, como necessitam as atas, o
251 *campus* deu um prazo maior. Édison entende que os Planos de Trabalho não precisam
252 ser enviados à PROEN, apenas publicados no sistema institucional. A necessidade de
253 envio se dá apenas da listagem de disciplinas que serão e não serão suspensas. A
254 respeito dos planos de trabalho que alteram as atividades práticas, Édison salientou
255 que esses necessitam ser apensados aos PPCs e, por isso, é preciso definir onde
256 serão publicados. Analice disse que oficialmente, on-line, os PPCs são publicizados no
257 portal da Reitoria e, por isso, encaminhariam à PROEN. Bruno sugeriu dos professores
258 elaborarem os planos, divulgarem aos estudantes, aprovarem em colegiado, com
259 registro em ata. Assim, as atas e os planos seriam compilados em um arquivo único e
260 publicado no portal institucional, anexo ou à parte dos demais PPCs. Marielli e Patrícia
261 também entenderam que os planos deveriam ser apensados ao documento dos PPCs.
262 Édison entende que poderiam ser anexados junto dos PPCs, mas não
263 necessariamente no mesmo arquivo. Joze, junto da Assessoria Pedagógica da
264 PROEN, sugeriu dos documentos serem enviados pelos *campi* ao e-mail “ppc.proen”,
265 para então a Assessoria da PROEN encaminhar à Secom para apensamento.
266 **Encaminhamento:** envio das atas de aprovação dos colegiados e NDEs, do rol de
267 disciplinas que foram autorizadas a funcionar, e dos planos das disciplinas que tiveram
268 práticas alteradas, incluindo os estágios remotos e as disciplinas suspensas, para o e-
269 mail “ppc.proen” até o dia dezoito de agosto. Esse procedimento deve ser feito por
270 todos os cursos. Édison irá verificar com Leize o procedimento para envio ao MEC das
271 disciplinas referentes aos cursos de graduação. Para ratificar essas informações, a
272 PROEN encaminhará um Memorando Circular aos *campi*. Após, Édison falou sobre a
273 Resolução Ad Referendum que trata sobre os trancamentos e cancelamentos de
274 disciplinas. Pediu que o CAEN oriente novamente as coordenações sobre as
275 especificidades dos casos previstos neste regulamento. Ainda não sabe como essa
276 questão será registrada no SIGAA. Édison também falou sobre as consultas feitas à
277 PROEN acerca dos cursos que iniciaram com atraso. Reforçou que, se houver
278 necessidade, adequações no calendário podem ser feitas para essas especificidades.
279 Édison mencionou a necessidade de resposta ao CIE sobre os serviços essenciais
280 relacionados ao ensino. Além das bibliotecas e dos laboratórios, questionou se haveria
281 outras atividades essenciais. Analice expôs as PPIs, mas Édison lembrou o que já foi
282 acordado com os(as) bibliotecários(as) na semana passada. Patrícia mencionou os
283 estúdios de gravação. Após, Patrícia falou sobre as avaliações. Retomou um
284 informativo da PROEN, enviado ano passado, sobre avaliações, exames finais e
285 recursos. AL questionou se é necessário fazer alguma alteração, por meio do
286 CONSUP, acerca das avaliações no formato digital, e perguntou também sobre o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

287 procedimento de assinatura da ata de exame pelos estudantes. Além disso, expôs
288 preocupação sobre os pedidos de revisão de nota. Édison sugeriu a inclusão desse
289 ponto para a pauta da próxima semana, a fim de aprofundar as discussões. Sobre as
290 assinaturas das atas, Bruno e Analice expuseram que é possível por meio do SIPAC,
291 só teria que testar novamente. Analice irá disponibilizar tutorial. Sobre o edital Certific,
292 Joze expôs que a alteração do regulamento foi aprovada pelo CONSUP. Agora o edital
293 precisa ser publicado. Pontuou as principais alterações, conforme já compartilhado com
294 os *campi*. O prazo para lançamento do edital precisa ser definido, considerando os
295 demais prazos previstos para o desenvolvimento das atividades. **Encaminhamento:**
296 prazo para inscrições até trinta de outubro. Joze compartilhará a versão final do edital
297 com o grupo para que possam revisar novamente e, então, publicar até a próxima
298 sexta-feira. Após, sobre as formaturas on-line, Bruno expôs ideia de realização de
299 cerimônias. Édison concorda com a realização, via Google Meet, e sugeriu do *campus*
300 FW apresentar proposta na reunião do CODIR, que ocorrerá amanhã. Assim, Édison
301 reforça a deliberação do CAEN acerca do assunto. Sobre o edital de transferências,
302 Édison informou que foi feita consulta formal à comissão de PS acerca da autenticação
303 de documentos. Joze reforçou a agenda da formação para os estudantes, enfatizado o
304 pedido para a não realização de outras atividades síncronas das dezenove às vinte e
305 uma horas. Por fim, Deisi deu retorno sobre o envio de e-mails aos estudantes quando
306 os docentes realizam o cancelamento de aulas. No momento, não há possibilidade de
307 cancelar as aulas sem que os estudantes recebam e-mail informando sobre essa ação,
308 pois o sistema não permite. Bruno sugeriu de avisar os estudantes, por e-mail, sobre
309 essa questão. Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por encerrada às doze
310 horas e vinte minutos, e eu, Fernanda Lopes Silva Ziegler, Secretária Executiva da
311 PROEN, lavrei a presente ata que será encaminhada a todos os presentes e publicada
312 no Portal Institucional.

MEMBROS CAEN – LISTA DE PRESENÇA

PROEN Édison Gonzague Brito da Silva

PROEN Joze Medianeira dos Santos de Andrade

PROEN Janete Maria De Conto

PROEN Hermes Gilber Uberti

PROEN Daniela Dressler Dambros

AL PatriciaDonicht



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

AL Elisandra Gomes Squizani

FW Bruno Batista Boniati

FW Márcia Rejane Kristiuk Zancan

JA Astor João Schonell Júnior

JA Marielle Medeiros

JC Silvia Regina Montagner

JC Cleonice Graciano dos Santos

PB Cléber Rubert

PB Carlos Lehn

SA Marcia Schneider

SA Beatris Gattermann

SAN Mariéli Machado

SAN Jéssica Lucion

SR Analice Marchezan

SR Raquel Canova

SB Caroline Lacerda

SB Daniel Silva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

SVS João Flávio Carvalho

SVS Eliana Zen

UR Gustavo Griebler
